

ELABORAÇÃO DE MANUAL PARA A CRIAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA ATENDIMENTO A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cristiano Pontes Nobre (*), Cecília Bueno, Felipe da Costa Brasil, André Luiz Carneiro Simões

* Instituto Estadual do Ambiente, cpnobre@ig.com.br

RESUMO

Atualmente, não existe uma valorização maior do que os temas que estão inseridos no que diz respeito ao meio ambiente. Por esta valorização, muito bem instituída, torna-se necessária uma evolução quando se trata de conhecimento das leis e normas ou regulamentos vigentes. Todos os cuidados com a área ambiental, quando levado para o cotidiano das empresas, que hoje são obrigatórios que sejam apresentados os procedimentos, aos funcionários das áreas responsáveis para melhor atender aos Agentes de Fiscalização, da área ambiental, mostrando a eles os tipos de Leis (Estaduais ou Federais), decretos lei, normas, resoluções e diretrizes, que se fazem necessários para um melhor andamento de suas atividades. O objetivo deste trabalho é a elaboração de um Manual de Procedimentos para Atendimento a Fiscalização Ambiental, de forma que auxilie as empresas a se enquadrarem nos termos do Licenciamento Ambiental junto ao INEA.

PALAVRAS-CHAVE: Fiscalização, Meio Ambiente, Manual, Valoração de multas

INTRODUÇÃO

Atualmente, não existe uma valorização maior do que os temas que estão inseridos no que diz respeito ao meio ambiente. Por esta valorização, muito bem instituída, torna-se necessária uma evolução quando se trata de conhecimento das leis e normas ou regulamentos vigentes. A ação efetiva nesse âmbito facilita evitar um aumento nos custos das empresas quanto a seus licenciamentos e sua operação (LEI Nº 6938 DE 1981).

Uma vez que é dada uma importância menor pelas empresas no que diz respeito ao estudo sobre o licenciamento, pois uma grande parte só se preocupa com o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) e esquecem de como se poderia simplificar todos os trâmites relacionados ao licenciamento. Essas ações podem ser iniciadas pelo reconhecimento e também pela valorização da profissão de Gestor Ambiental, bem como dos cursos existentes na área ambiental (TEIXEIRA, 2010).

Essa realidade é corroborada com o fato de que hoje os órgãos ambientais, que contam com uma quantidade limitada de recursos, aliados a inércia da máquina pública, apresentam pessoas extremamente qualificadas para a realização das tarefas. Pode-se dizer que essa qualificação está relacionada ao fato de que o tema meio ambiente e desenvolvimento sustentável, vêm sendo discutido como nunca antes fora discutido, embora, de toda essa discussão, infelizmente quase nada saia do papel (NOBRE, 2017).

Todavia, a legislação ambiental no estado do Rio de Janeiro, se torna a cada dia mais complexa e específica se refletindo na grande diversidade de interpretações e versões, bem como a incorreções e distorções no tratamento dado aos responsáveis encarregados pela aplicação dos instrumentos legais, motivando, mitigando ou até agravando uma situação, que poderia ter um tratamento simples. Entretanto, pode vir a se tornar um problema de grandes proporções maior do que o evento em si, isso pelo simples desconhecimento ou ignorância das leis vigentes (Lei Estadual 3467 de 2000 e LEI Nº 9605 DE 1998).

Para a criação e utilização efetiva de um manual existe a necessidade de se entender algumas questões, pois as empresas devem estar cientes de coisas simples, tais como as Leis, Normas e diretrizes para que possam realizar sua atividade de forma mais segura ao meio ambiente e ao seu próprio negócio.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é a elaboração de um Manual de Procedimentos para Atendimento a Fiscalização Ambiental, de forma que auxilie as empresas a se enquadrarem nos termos do Licenciamento Ambiental junto ao INEA.

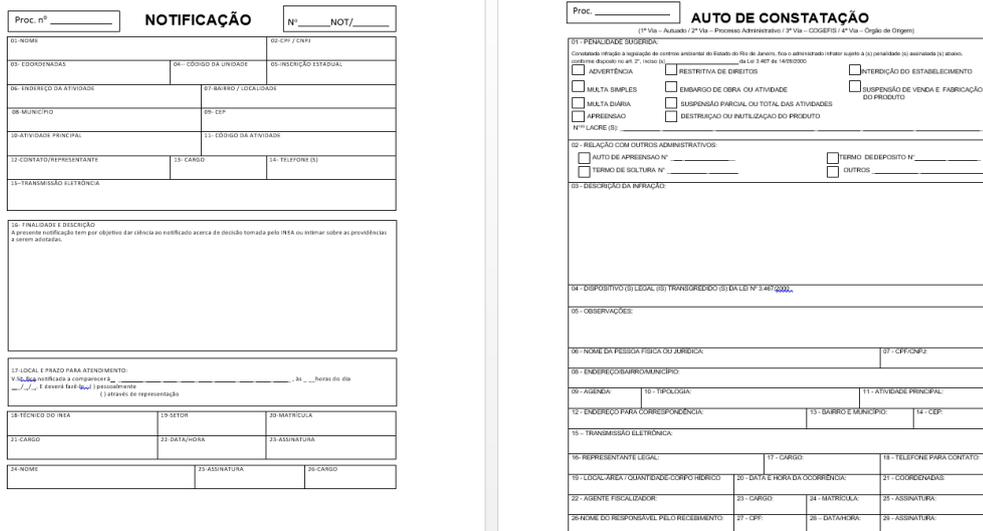
METODOLOGIA

A metodologia foi realizada de acordo com uma busca quantitativa e qualitativa. A primeira etapa foi o levantamento dos dados oriundos da atividade de fiscalização ambiental, na literatura e também em como é realizada em outros estados. Uma segunda etapa foi realizar uma revisão crítica das Leis, normas, resoluções e diretrizes utilizadas na área ambiental. Tendo como última etapa elencar e apresentar os formulários de Notificação e de Auto de Constatação que são os mais utilizados e mais importantes nas fiscalizações.

O trabalho foi baseado nos artigos 76: Deixar, sem justa causa, de cumprir as regulares intimações dos órgãos ambientais estaduais, nos termos do art. 14 desta Lei. O artigo 81: Deixar de prestar aos órgãos ambientais estaduais informações exigidas pela legislação pertinente ou prestar informações falsas, distorcidas, incompletas ou modificar relevante dado técnico solicitado. Por fim, o artigo 87: Operar atividade licenciada em desacordo com as condições ou restrições estabelecidas na respectiva licença de operação, conforme descrito na Lei Estadual 3467 de 2000.

Todos os cuidados com a área ambiental, quando levado para o cotidiano das empresas, que hoje são obrigatórios que sejam apresentados os procedimentos, aos funcionários das áreas responsáveis para melhor atender aos Agentes de Fiscalização, da área ambiental, mostrando a eles os tipos de Leis (Estaduais ou Federais), decretos lei, normas, resoluções e diretrizes, que se fazem necessários para um melhor andamento de suas atividades (SENAI, 2015)

Neste manual os formulários mais utilizados e mais importantes nas fiscalizações são apresentados; os documentos que são mais cobrados pelos agentes de fiscalização; a orientação, através de treinamentos, dos funcionários das empresas frente a esses casos, demonstrando os riscos, para a empresa e ao próprio quadro de funcionários; e as sanções que podem ser aplicadas e o custo que isso pode causar. Na Figura 1 são apresentados os autos de constatação e de infração que são utilizados pelo órgão fiscalizador.



NOTIFICAÇÃO

Proc. nº _____ Nº _____ NOT/_____

01- NOME _____ 02- CPF / CNPJ _____

03- ENDEREÇO DA UNIDADE _____ 04- CÓDIGO DA UNIDADE _____ 05- REGIÃO ESTADUAL _____

06- ENDEREÇO DA ATIVIDADE _____ 07- BARRIO / LOCALIDADE _____

08- MUNICÍPIO _____ 09- CEP _____

10- ATIVIDADE PRINCIPAL _____ 11- CÓDIGO DA ATIVIDADE _____

12- CONTATO/REPRESENTANTE _____ 13- CARGO _____ 14- TELEFONE (S) _____

15- TRANSMISSÃO ELETRÔNICA _____

16- FINALIDADE E DESCRIÇÃO
A presente notificação tem por objetivo dar ciência ao notificado acerca da decisão tomada pela INEA ou Intenar sobre as providências a serem adotadas.

17- LOCAL E PRAZO PARA ATENDIMENTO:
Visto, de acordo com a legislação em vigor, a partir de _____ de _____ de _____, no prazo de _____ dias, a ser observado pelo notificado.

18- TÉCNICO DO INEA _____ 19- SETOR _____ 20- MATRÍCULA _____

21- CARGO _____ 22- DATA/HORA _____ 23- ASSINATURA _____

24- NOME _____ 25- ASSINATURA _____ 26- CARGO _____

AUTO DE CONSTATAÇÃO

Proc. _____ (1ª Via - Autuado / 2ª Via - Processo Administrativo / 3ª Via - COGSEFI / 4ª Via - Órgão de Origem)

01- PENALIDADE SUGERIDA:
Conforme artigo 87 da Lei Estadual de 3467 de 2000, do Estado de São Paulo, e Lei 14033/2000, do Município de São Bernardo do Campo, São Paulo, SP, de 14/05/2000, a Lei 2.467 de 14/05/2000.

ADVERTÊNCIA RESTRIÇÃO DE DIREITOS INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

MULTA SIMPLES EMBARGO DE OBRA OU ATIVIDADE SUSPENSÃO DE VENDA E FABRICAÇÃO DO PRODUTO

MULTA DIÁRIA SUSPENSÃO PARCIAL OU TOTAL DAS ATIVIDADES

APRENSÃO RESTRIÇÃO OU MULTAÇÃO DO PRODUTO

Nº LACRE (S): _____

02- RELAÇÃO COM OUTROS ADMINISTRATIVOS:
 AUTO DE APRENSÃO Nº _____ TERMO DE DEPOSITO Nº _____
 TERMO DE SOLTURA Nº _____ OUTROS: _____

03- DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO:

04- DISPOSITIVO (S) LEGAL (S) TRANSFERIDO (S) DA LEI Nº 3.467/2000.

05- OBSERVAÇÕES:

06- NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA _____ 07- CPF/CNPJ _____

08- ENDEREÇO DA UNIDADE _____

09- AGÊNCIA _____ 10- TIPOLOGIA _____ 11- ATIVIDADE PRINCIPAL _____

12- ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA _____ 13- BARRIO E MUNICÍPIO _____ 14- CEP _____

15- TRANSMISSÃO ELETRÔNICA _____

16- REPRESENTANTE LEGAL _____ 17- CARGO _____ 18- TELEFONE PARA CONTATO _____

19- LOCAL/ÁREA (QUANTIDADE-CORPOREDO) _____ 20- DATA E HORA DA OCORRÊNCIA _____ 21- COORDENADAS _____

22- AGENTE FISCALIZADOR _____ 23- CARGO _____ 24- MATRÍCULA _____ 25- ASSINATURA _____

26- NOME DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO _____ 27- CPF _____ 28- DATA/HORA _____ 29- ASSINATURA _____

Figura 1: Formulário de auto de notificação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para validar a criação do manual e que esse seja algo que realmente apresente algum valor percebido, foi realizada uma quantificação de processos de fiscalização os quais acarretaram em prejuízos as empresas. Foram utilizados dados de 2017, de janeiro até o mês de outubro. Foram valorados 519 processos, destes os artigos que incorreram em mais autuações foram 76, 81 e 87, conforme observado na Figura 2.

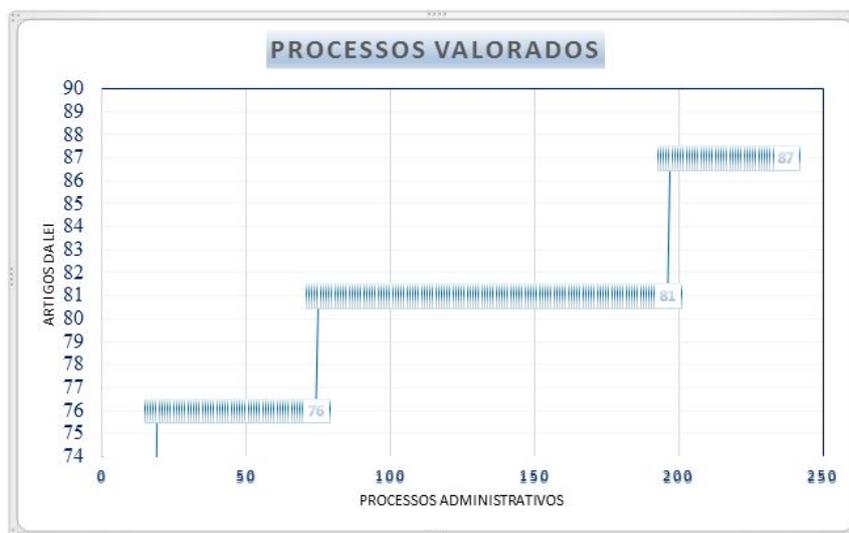


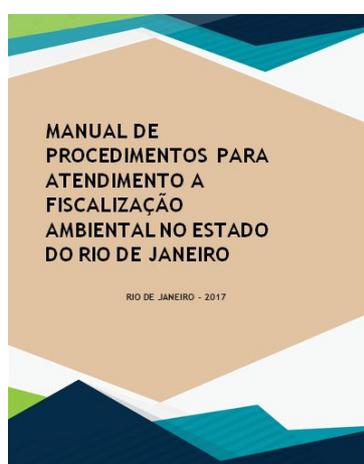
Figura 2 - Processos Valorados por artigo – (PRÓPRIO AUTOR,2017)

Dentro desse universo de 519 processos que foram valorados, com 310 processos se concentrando apenas nos 3 artigos citados, apresentando 85 infrações cometidas no artigo 76 (16,4%), 175 no artigo 81(33,7%) e 50 no artigo 87 (9,63%) ou seja 59,7% dos processos, com o restante dos processos sendo diluindo nos outros 34 artigos (INEA, 2017).

Esses dados nos mostra que grande parte das empresas ignora as notificações e os autos recebidos ou os responsáveis, que estão designados a providenciar as respostas estão despreparados ou desconhecem a leis ou regulamentos. Essa atitude acaba se tornando repetitiva e acarreta em uma elevação dos custos, pois quando a empresa é autuada os agravantes vão crescendo e por fim elevam mais ainda o valor final da multa.

A falta de conhecimento ou ignorância em relação às Leis, não retira ou exime o empreendedor das contramedidas ou ações previstas em Lei, pois a partir do momento em escolhe em abrir um estabelecimento/empreendimento sem o aconselhamento necessário ele se coloca em uma posição delicada e que sofrerá as sanções em caso de algum dano ambiental.

A proposta de gerar e entregar formas de absorver mais conhecimento sobre o assunto é simples, porém trabalhando-se com os conceitos de Educação Ambiental, pode se mostrar eficaz, pois a Fiscalização Ambiental não existe somente para apontar o que está errado e gerar punições as empresas, sejam micro, médio ou grande. É necessário também educar, e em todas as esferas, passando por todos os níveis, seja do escalão mais baixo até os escritórios dos diretores das empresas. A figura 3 mostra como se apresenta o manual e como é subdividido.



Sumário

- 06 O que é Fiscalização Ambiental
- 06 Tipos de empreendimentos a ser fiscalizadas
- 07 O que fiscalizar
- 07 O que é uma Infração Administrativa?
- 07 Instrumentos de Atendimento a Fiscalização Ambiental
- 08 Sanção administrativa
- 09 Referências
- 11 Glossário
- 14 Anexo 1 – Check List para fiscalização
- 16 Anexo 2 – Modelos de Formulários

Figura 3 – Manual de Procedimentos para atendimento a Fiscalização no Estado do Rio de Janeiro

CONCLUSÃO

Após avaliar diversos processos dentro do Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, analisar as principais causas das infrações, foi mostrado que a possibilidade de inserção e utilização do Manual pode render uma grande economia. Pois a criação deste produto atenderá os empreendedores, principalmente os empreendimentos de Pequeno porte e porte mínimo, e que sejam de baixo impacto.

Com isso foi preenchida lacunas para aqueles que não cometem infrações ambientais ou infrações de baixo impacto que estejam fora das Leis ou regulamentos de maneira proposital, mas pelo desconhecimento dessas Leis, seja por uma assessoria ruim seja por um modelo antigo de negócio que não contempla o Meio Ambiente como uma área que gere lucros para a empresa e apenas despesas.

Assim, este manual ajudará as empresas a se enquadrarem nas Leis ambientais vigentes, bem como mostrará que omitir informações acarretam em mais gastos no futuro. Além de mostrar como se portar no atendimento da Fiscalização Ambiental, procurando gerar, através destas ações uma proximidade maior com os órgãos ambientais mostrando que o processo é transparente e que não há nada a se esconder.

Para as empresas que são licenciadas, mostra a importância de se respeitar as restrições, condicionantes e os prazos descritos em suas respectivas licenças, evitando assim mais uma vez, infrações e gastos com multas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Teixeira, D. M. **Os procedimentos do licenciamento ambiental**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 37-69 – jan./dez. 2010
2. Nobre, C. P. **Manual de Procedimentos para atendimento a Fiscalização Ambiental no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, 2017. RJ
3. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Avaliação de impacto ambiental: caminhos para o fortalecimento do Licenciamento Ambiental Federal: Sumário Executivo/Diretoria de Licenciamento Ambiental – Brasília: Ibama, 2016.
4. LEI ESTADUAL Nº 3.467/2000 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
5. LEI Nº 6938 DE 1981 – POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE.
6. LEI Nº 9605 DE 1998 – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS.
7. LICENCIAMENTO AMBIENTAL – Manual Empresarial do SENAI / SENAI. Departamento Regional do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: [s.n], 2015. 55 p.